



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681437 - SC (2021/0227183-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : GEILSON DA SILVA LIMA
ADVOGADO : GEILSON DA SILVA LIMA - MS019076
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : TATIANE DA CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TATIANE DA CRUZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0000796-38.2017.8.24.0135).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos de reclusão e 1 ano de detenção, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 510 dias-multa, pela prática dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação criminal interposta pela paciente.

Nesta via, a defesa sustenta a nulidade da sentença condenatória e respectivo decreto prisional, porquanto lastreados em prova obtida mediante violação de domicílio e acesso ilegal ao aparelho celular, por parte da autoridade policial, o que também afasta o flagrante do suposto delito.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a absolvição da paciente, tendo em vista o caráter ilícito das provas que embasaram a sua condenação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que a matéria de fundo – relativa à nulidade da sentença e do decreto prisional, em razão da ilicitude das provas que formaram o juízo de convicção do magistrado – não foi apreciada pela Corte de origem, na medida em que o Tribunal local, na oportunidade em que apreciada a apelação, limitou-se a examinar a procedência do pedido condenatório, em relação à ora paciente, sem qualquer manifestação acerca da suposta ilegalidade do material probatório.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO
RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c , c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência